



UNIVERSIDADE SAN CARLOS
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

**CULTURA AFRO-BRASILEIRA:
AS CONTRIBUIÇÕES DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA
FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DO POVO BRASILEIRO**

ADINÉIA DA SILVA LEME

ASSUNÇÃO/PARAGUAI
2013

ADINÉIA DA SILVA LEME

**CULTURA AFRO-BRASILEIRA:
AS CONTRIBUIÇÕES DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA
FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DO POVO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Educação, no Curso de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Facultad San Carlos, Assunção-Py.

Orientador: Professor Doutor
Osvaldo Arsênio Villalba

PARAGUAI-PY
2013

ADINÉIA DA SILVA LEME

**CULTURA AFRO-BRASILEIRA:
AS CONTRIBUIÇÕES DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA FORMAÇÃO DA
IDENTIDADE CULTURAL DO POVO BRASILEIRO**

Dissertação julgada e aprovada pela Faculdade de Post Graduação da Universidade San Carlos em data ____ de _____ de 2013.

Qualificação: _____

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dra. Emigdia Garcia Ferreira
Presidente

Prof. Dra. Maria Celia Conceição de Melo
Membro

Prof. Dra. Alba Perdomo
Membro

Prof. Dr. Osvaldo Arsênio Villalba
Orientador

DEDICATÓRIA

*A Deus por me dar a força e perseverança.
A minha família, com imenso carinho,
pela confiança depositada em minha pessoa.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela coragem e perseverança que me deu para concluir um objetivo a mais em minha vida.

Aos meus amigos que sempre me encorajaram, contribuíram e me auxiliaram, com suas preciosas sugestões a este trabalho.

Às escolas em que trabalho, na pessoa de suas direções e coordenações, que me deram a oportunidade de continuar meus estudos.

Aos professores da Universidade San Carlos, em especial ao professor Drº Osvaldo Arsenio Villalba, meu orientador, pelo prestimoso auxílio na elaboração deste trabalho.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender; e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.”

(Nelson Mandela)

RESUMO

Em função de adquirir um maior conhecimento sobre cultura afro-brasileira e as contribuições do povo africano na formação da identidade cultural do povo brasileiro, o presente trabalho objetivou expor a trajetória realizada pelos povos africanos, desde sua saída do continente africano à chegada à América portuguesa. Percebe-se que essa matriz africana teve um papel importante na formação e delineamento da identidade cultural afro-brasileira, uma vez que os escravos possuíam uma grande diversidade cultural devido à sua origem distinta e por pertencerem a diversas etnias com idiomas e tradições características, pois eram oriundos de diversas regiões do continente africano. Já no Brasil esses africanos souberam assimilar, interpretar e recriar certas práticas de outras culturas com os quais estiveram em contato. Tem-se por objetivo abordar as contribuições dos povos africanos para a formação da identidade cultural do povo brasileiro e a inclusão no Currículo Escolar da Educação Básica, a Educação das Relações Étnico Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Para tanto, esta investigação expõe a forma como esses povos foram explorados e maltratados, e, ainda assim, apesar de tantas dominações, encontraram formas de resistência frente as imposições a eles aplicadas. Tem-se como exemplo a força dos povos africanos escravizados por meio da qual se formou no Brasil uma cultura afro-brasileira, que se sobrepôs à cultura europeia.

Palavras-chaves: Cultura afro-brasileira, identidade cultural, continente africano, História, Brasil.

RESUMEN

Debido a obtener un mayor conocimiento sobre la cultura afro-brasileira y las contribuciones de los pueblos africanos en la conformación de la identidad cultural del pueblo brasileño. Por lo tanto, este estudio tuvo como objetivo exponer el camino recorrido por los pueblos africanos, desde su salida de África de llegar a la América portuguesa. Es evidente, que este origen africano jugó un papel importante en la formación y el diseño de los afro-brasileña identidad cultural, que los esclavos tenían una gran diversidad cultural debido a su distinto origen y de pertenencia a diversos grupos étnicos con lenguas y tradiciones distintas por lo tanto, provenían de diversas regiones de África. Ya en Brasil, estos africanos aprendido a asimilar, interpretar y recrear ciertas prácticas de otras culturas con las que estaban en contacto. Tiene el objetivo de estudiar las contribuciones de los pueblos africanos a la formación de la identidad cultural del pueblo brasileño y la inclusión en el currículo de la Educación Básica, Educación de la Carrera de Relaciones Étnicas de la Enseñanza de Historia y Cultura Africana y Afro-brasileira. La exposición de cómo estas personas eran explotados y maltratados. Principalmente para demostrar que a pesar de tantas dominaciones, estas personas han encontrado formas de resistencia contra los cargos que se les imponen. Ha sido el ejemplo de la fuerza de la gente se los africanos esclavizados que se graduó afro-brasileira una cultura en Brasil, que trajo consigo la cultura europea.

Palabras clave: afro-brasileira Cultura, identidad cultural, Africa, la Historia, Brasil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	14
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	14
CAPÍTULO II	17
A VINDA DOS AFRICANOS PARA O BRASIL	17
CAPÍTULO III.....	23
A VIDA DOS ESCRAVOS APÓS A LIBERTAÇÃO E AS CAUSAS E AS CONSEQUÊNCIAS DA SUBSTITUIÇÃO DA MÃO DE OBRA NEGRA PELA EUROPÉIA	23
CAPÍTULO IV	26
A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO POVO BRASILEIRO	26
CAPÍTULO V	31
AS CONTRIBUIÇÕES DA CULTURA DO POVO AFRICANO PARA A CULTURA DO POVO BRASILEIRO	31
CAPÍTULO VI	36
A PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO AFRO NO BRASIL E AS LEGISLAÇÕES REFERENTES À CULTURA NEGRA E AS LEIS DE COTAS.....	36
CAPÍTULO VII	41
ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	41
CONCLUSÃO	51
BIBLIOGRAFIA	53
ANEXOS.....	57

INTRODUÇÃO

No século XVI, Portugal precisava produzir um produto para efetivar a ocupação do território e alcançar seus objetivos econômicos em suas colônias, e tinham que optar por produtos de grande aceitação e procura na Europa. Para realizar esse propósito, o produto escolhido e plantado foi cana-de-açúcar, utilizando-se, inicialmente, mão de obra indígena e, devido ao insucesso, logo foi substituída pela mão de obra escrava africana, no início do século XVII.

É importante salientar que não houve uma homogeneidade cultural praticada pelos negros africanos, visto que imperava uma heterogeneidade favorecida pelas origens distintas destes, que apesar de oriundos do continente africano, geralmente apresentavam uma prática cultural diferenciada em alguns aspectos devido à região a que pertenciam, pois a África caracteriza-se em um continente dividido em países com línguas e culturas diversas.

O trabalho escravo acompanhou a formação econômica, política e social do Brasil. A escravização dos africanos contribuiu para a composição de grandes fortunas, tanto nas mãos da aristocracia rural brasileira quanto, principalmente, nas mãos de traficantes e dos governos europeus.

A luta pelo fim da escravidão teve início em 1850, com a proibição do tráfico negreiro decretada pela Lei Eusébio de Queiroz. Então o movimento pela abolição ganhou força no país, embora as elites brasileiras resistissem à ideia da abolição. A partir de 1885 a campanha abolicionista tornou-se mais intensa, associações e clubes voltaram-se contra a escravidão fazendo propaganda aberta e levantando fundos para a compra de cartas de alforria.

As fugas de escravos tornaram-se cada vez mais frequentes. Ativistas, entre eles os filhos da elite cafeeira, organizavam grupos para ajudar os escravos a fugir das fazendas, conduzindo-os a lugares seguros. Muitos proprietários de escravos, sem condições de impedir as fugas, tomaram a iniciativa de libertá-los em troca de sua permanência na lavoura por mais alguns anos.

Depois de tantas revoltas, resistências e lutas, a princesa Izabel, pressionada pela Inglaterra, tendo em vista que o Brasil era o único país que ainda mantinha a escravidão, assinou a Lei Áurea abolindo a escravidão no Brasil.

Os ex-escravos tomaram diversos rumos após a abolição, dependendo das condições econômicas de cada região. Grande parte continuou trabalhando para

seus senhores numa situação de dependência semelhante à da época de escravidão, principalmente no Nordeste brasileiro. Alguns foram para as cidades em busca de trabalho.

A necessidade e a importância do estudo sobre a História do Negro no Brasil e da História da África deve ser entendida como parte importante na construção da identidade do povo brasileiro, e em particular da população afrodescendente, através do qual resgata-se uma dívida histórica no registro oficial daqueles que colaboraram, em grande escala (uma escala gigantesca), no acúmulo da riqueza nacional decorrente da mistura de raças que ocorreu no Brasil.

Esta dissertação tem como objetivo verificar a relevância das contribuições dos povos africanos para a formação da identidade cultural do povo brasileiro e a inclusão no Currículo Escolar da Educação Básica, a Educação das Relações Étnico Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana como Política Pública Educacional no Estado de Mato Grosso. Além de objetivar demonstrar a relevância da inclusão da História da África e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares; e compreender a importância de se reconhecer e valorizar a História e as contribuições dos africanos na formação e construção da nação brasileira e em sua identidade cultural, analisar qual é a melhor forma de combater o preconceito, o racismo e a discriminação em sala de aula.

O eixo que perpassará toda a pesquisa será a reflexão sobre etnia, educação, leis, cultura afro-brasileira e a formação racial e cultural do povo brasileiro. A cultura é o suporte para compreender como se deu a miscigenação do povo brasileiro e a diversidade do universo africano, expondo que, a partir dos projetos a serem desenvolvidos nas escolas, é possível reconstituir sua memória para a reconstrução de sua identidade cultural e o resgate da dignidade de vida, principalmente para se adquirir a compreensão do presente, partindo-se da convicção de que é necessário e urgente conhecer as contribuições desses povos para se compreender o que é o povo brasileiro na contemporaneidade e resgatar o patrimônio cultural dos afrodescendentes, e que a partir dessas riquezas culturais possam oferecer elementos de novas relações na humanidade, de respeito mútuo e de um equilíbrio harmonioso.

O diálogo entre as culturas possibilitará ver o quanto elas têm em comum entre si, e a aprendizagem uma da outra trará novos conhecimentos e

esclarecimentos aos povos de ambas no presente, e esses novos conhecimentos levarão a um crescimento próprio.

Procurando compreender como os afro-descendentes podem dar uma resposta assumindo os valores de sua cultura, e assim podendo viver sua experiência enquanto pessoa africana, com sua linguagem, crenças e ritos, sem ser diferenciada por sua cor ou cultura.

Em decorrência de várias pesquisas, conclui-se que os estudos nas escolas brasileiras se apresentam pouco generosos com relação à trajetória e à história de vida dos negros em nosso país. Não exatamente por omissão, mas pela ausência da conscientização de que o negro foi importante para a formação do Brasil, de que sua cultura deve ser preservada e conhecida, além de que a cultura afro-brasileira é de todos os que vivem neste país, devendo ser conhecida e valorizada, de acordo com as orientações curriculares, que destacam: “As Políticas de Educação para as questões étnico-raciais tratam da valorização da diversidade, visando compatibilizar os conteúdos da educação com as especificidades das diversidades étnicas, raciais e culturais...”

No Brasil, acredita-se não existir preconceitos raciais, mas a realidade vivida mostra outra face dessa vivência. A obrigatoriedade e a importância do ensino da História da África e História da cultura afro-brasileira e africana na educação brasileira deve ser vista como parte importante da construção da identidade cultural do povo brasileiro, sobretudo da população afro-descendente que vivem no Brasil, buscando, desta forma, resgatar uma dívida histórica do Brasil com os povos afrodescendentes.

Este trabalho está organizado em sete capítulos. No primeiro capítulo, serão apresentados os procedimentos metodológicos. No segundo capítulo estudamos a vinda dos povos africanos para o Brasil no regime de escravidão e as formas de exploração a eles imposta por seus “donos” . No terceiro capítulo, discutimos a questão do destino dos escravos após a libertação e a substituição da mão de obra negra pelos imigrantes europeus e japoneses. No quarto capítulo, trabalhamos a formação da identidade cultural do povo brasileiro como a vemos hoje, com seus elementos formadores - europeus, indígenas e africanos. No quinto capítulo, serão tratadas as contribuições da cultura africana para a formação da cultura brasileira ou cultura afro-brasileira. No sexto capítulo, será apresentada e discutida a

porcentagem da população afro no Brasil, as legislações referente à cultura negra, como por exemplo a lei de cotas. E, por fim, no sétimo capítulo, será apresentado o resultado da pesquisa e análise de dados coletados e analisados, seguido da conclusão.

CAPÍTULO I

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Dentre os procedimentos adotados, temos a pesquisa bibliográfica, com a finalidade de sustentar a importância do estudo sobre as contribuições da cultura afro-brasileira para a formação da identidade cultural do povo brasileiro. A utilização da pesquisa bibliográfica foi importante e fundamental para analisar a realidade em estudo.

Portanto, a pesquisa realizada tem por característica ser descritiva, pois em seu decorrer, buscou-se expor o objeto em estudo, no caso as heranças culturais dos africanos para a população afrodescendente ou brasileira.

Para responder ao objetivo proposto, foram percorridos caminhos inseridos no método qualitativo, uma vez que, para Trivinos (1987), o pesquisador embasado nesse enfoque tem ampla liberdade teórico-metodológica para realizar seu estudo. E para que esta pesquisa fosse realizada, utilizou-se de técnicas de coleta de dados, tais como questionário e entrevista. No levantamento, foram utilizadas fontes primárias.

Também optou-se pelo estudo de caso, que se possibilita uma observação detalhada de um contexto. Nesse sentido, Elias e Scotson (2000, p.20) acrescentam que:

O uso de uma pequena unidade social como foco de investigação de problemas igualmente encontráveis numa variedade de unidades sociais maiores e mais diferenciada possibilita a exploração desses problemas com minúcia considerável. Pode se construir um modelo explicativo, em pequena escala, da figuração que se acredita ser universal – um modelo pronto para ser testado, ampliado e, se necessário revisto através da investigação de figurações correlatas em maior escala.

A entrevista, segundo Trivinos (1987), parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teoria e hipóteses que interessam à pesquisa, e que oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas dos informantes.

As mesmas serviram de apoio para complementar as informações referentes, principalmente sobre as heranças culturais dos povos africanos para o processo de formação cultural da identidade brasileira, e como essas contribuições são vistas na atualidade.

Na entrevista, a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde, tratando do processo de verificação das contribuições culturais dos povos africanos para a formação da identidade cultural do povo brasileiro, sendo o mesmo um tema contemporâneo e sempre presente no âmbito dos debates sobre as relações raciais brasileira (Leite, p. 11, 2011).

As respostas das entrevistas serão aqui analisadas, tomando por base as seguintes indagações: Quais desses itens estão mais relacionados às manifestações culturais afrodescendentes? Dança, música, alimentação, vestimentas? E o que você sente ao dançar ou ver outras pessoas dançando ao som do batuque ou músicas afro? E, ainda, ao comer ou ver comidas típicas e as vestimentas tradicionais dos povos africanos, sabendo que tanto a dança, como a comida e as vestimentas vieram da África com os escravos?

O questionário aplicado a alunos do 3º. Ano do ensino médio, da Escola Estadual Portal da Amazônia, no Município de Apiacás no Estado de Mato Grosso, teve como objetivo levantar o grau de conhecimentos que a população tem sobre o assunto pesquisado. Foram aplicados trinta questionários, questionando sobre: a vinda dos africanos para o Brasil, a preservação de suas culturas como alimentação, religião, vestimentas, danças, etc., a vida dos escravos após a libertação, a importância dos movimentos negros, a formação racial do povo brasileiro, e as heranças dos africanos para o Brasil. Esses questionários foram analisados e apresentados em forma de texto dissertativo e percentual estatístico.

Por pertencer ao quadro docente da escola, tentei manter um distanciamento que possibilitasse garantir a necessária objetividade da pesquisa. Nessas situações, André (1995, p. 106) sugere que o pesquisador deve manter um “estranhamento” para, em situações que lhe são familiares, não ocorrer que a “análise e a interpretação de dados estejam marcadas por preconceitos, pressuposições e por observações do senso comum”.

Segundo Geertz (1989) compreender uma cultura requer a interpretação de seus símbolos por meio de uma descrição densa das práticas do grupo.

Os dados foram levantados por meio de entrevistas e questionários com alunos do 3º. Ano do ensino médio da Escola Estadual Portal da Amazônia, no município de Apicás, no Estado de Mato Grosso.

CAPÍTULO II

A VINDA DOS AFRICANOS PARA O BRASIL

Para garantir a posse das terras, hoje Brasil, os portugueses necessitaram efetivar a ocupação das terras exploradas pela coroa portuguesa. Para que essa tarefa fosse bem sucedida, precisavam de pessoas para trabalhar nessas terras, e uma das soluções encontradas foi a importação de povos africanos.

Ao voltarmos o nosso olhar histórico e crítico aos últimos quinhentos anos da História do Brasil, percebemos a imagem construída, muito recentemente, dos povos africanos como primitivos ou eternos escravos. Ao deixar de lado 5.500 anos de desenvolvimento do continente africano que antecedem ao período da escravidão mercantil, essa perspectiva encoberta um fato incontestável: os africanos viveram apenas uma ínfima parte de seu tempo histórico amarrados aos grilhões da escravidão mercantil. Durante milênios foram agentes ativos do desenvolvimento da civilização humana em todo o mundo.

Conforme é relatado por Mattos:

A história das sociedades africanas foi, durante muito tempo, deixada de lado, em grande medida devido às ideias preconcebidas sobre o continente africano produzidas, sobretudo pelos europeus, nos séculos XVIII e XIX. Como as sociedades africanas não apresentavam as mesmas instituições políticas, não possuíam padrões de comportamento e visões de mundo semelhantes aos dos europeus, a conclusão só podia ser uma: a de uma sociedade não civilizada e sem História. (MATTOS, 2009, p. 11).

Na contemporaneidade, vivemos em um mundo aparentemente de liberdade e igualdade, sem preconceito ou racismo. Mas nem sempre foi assim. A situação em um passado bem recente era outra, as pessoas eram vistas conforme a classe social a que pertenciam. Para chegar-se ao patamar atual ocorreram muitas lutas, revoltas e revoluções.

Nos séculos XV e XVI, primeiro os europeus e depois os americanos iniciaram as suas explorações no continente africano. A atuação de estrangeiros nesse litoral iniciou um novo período de mudanças drásticas para os africanos. Nas regiões que entraram em contato com exploradores, as consequências para esses povos locais foram trágicas, pois a partir do século XVI ao XIX, o principal interesse dos europeus no continente africano era a compra de escravos, que serviriam de mão de obra para trabalhar em suas colônias americanas.

Conforme relata Souza: “Assim, do século XVI ao XIX foi em torno do tráfico de escravos, isto é, do comércio de pessoas que se deram as relações entre alguns africanos e europeus”. (SOUZA, 2008, p. 29). Em decorrência de crises econômicas na Europa, alguns países saíram em busca de novas colônias em outros continentes, e dessa forma procuravam encontrar meios de aumentar suas riquezas.

Durante o período de exploração do pau-brasil, os portugueses se utilizaram e se beneficiaram da exploração da mão de obra indígena, mas em função do insucesso da escravização indígena, utilizados primeiramente na extração do pau-brasil e em seguida nas plantações de cana-de-açúcar, principalmente na região nordeste da colônia portuguesa, os portugueses decidiram trazer pessoas do continente africano para escravizá-las na colônia.

Segundo Mattos:

No Brasil, o plantio da cana foi promovido em várias localidades, ... e no início da produção, os engenhos eram pequenos... e a mão de obra utilizada foi a indígena, pois era mais acessível e barata naquele momento. Os africanos começaram a ser empregados por volta do século XVII, quando o tráfico atlântico de escravos havia se consolidado, fazendo, então, do africano a peça fundamental da empresa açucareira. (MATTOS, 2009, p. 104)

Em função da busca do enriquecimento baseado na exploração da mão de obra indígena e negra. Como exemplifica Gilberto Freyre, formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição. (1998, p. 4).

Para iniciar a colonização de fato, e não somente a exploração, os portugueses necessitavam de pessoas para serem utilizados como mão de obra, e esse problema foi solucionado com o tráfico de negros.

Veja o que afirma Freyre:

O meio e as circunstâncias exigiram o escravo. A princípio o índio. Quando este, por ser incapaz e molengo, mostrou não corresponder às necessidades da agricultura colonial – o negro. Sentiu o português com o seu grande senso colonizador, que para completar-lhe o esforço de fundar agricultura nos trópicos – só o negro. O operário africano. Mas o operário africano disciplinado na sua energia intermitente pelos rigores da escravidão. (FREYRE, 1998, p. 242).

Ocorreu um esquecimento em relação às dificuldades e sofrimento a que os negros foram submetidos durante as longas viagens do continente africano ao continente americano. Vinham nos chamados navios negreiros, e as causas do

sofrimento nas viagens era devido à falta de água, comida e higiene. Muitos morriam durante a viagem e seus corpos eram lançados ao mar. (SOUZA, 2008. p. 61)

Quando chegavam aos portos brasileiros essas pessoas eram negociadas como mercadorias, não sendo levado em conta que os africanos mandados para o Brasil pertenciam principalmente a dois grandes grupos: os oeste-africanos (antigamente chamados de Sudaneses) e os Bantu, nativos de Angola, Congo e Moçambique, destinados, em larga escala, para o Rio de Janeiro, Minas Gerais e para a zona da mata do Nordeste. Os Sudaneses, nativos da Costa do Marfim e de influência muçulmana, foram mandados em grande número para a Bahia. Outros grupos étnicos menores vindos da África são os Yoruba, Fon, Ashanti, Ewe e outros grupos nativos de Gana, Benim e Nigéria. Portanto, essas pessoas pertenciam a nações diferentes (SOUZA, 2008, p. 60), e, apesar da semelhança, possuíam diferenças, como, por exemplo, a língua e a cultura. Com o passar dos tempos e convivência, os africanos escravizados apresentavam diminuição das diferenças e começaram a dar início a cultura afro-brasileira, e as diferenças étnicas foram ficando para trás (SOUZA, 2008. p. 62).

Em função da ganância por riquezas, que teve seu início com a cana-de-açúcar, deslocando-se para o ouro e mais tarde para o café, manteve-se o instrumento de exploração: o braço escravo (FREYRE, 1998, p. 31). Não tinham conhecimento do tratamento desumano que seria imposto aos cativos. Também não tinham ciência que os descendentes dessa raça sofrida viriam, séculos mais tarde, contribuir para o mundo das artes, dos esportes, da cultura, da política, enfim, da vida social brasileira.

Os negros trazidos para o Brasil e escravizados, no primeiro momento, ficaram sem identidade, não eram nada mais do que mercadorias de grande valor, tanto para os comerciantes quanto para os senhores de engenho nordestinos; eles não tinham direito a nada. Ser escravo era pertencer a outrem que lhe havia comprado; cabia-lhe executar todo e qualquer tipo de trabalho, rural e urbano.

Segundo Siqueira (1997, p. 78): “Devia ele toda obediência a seu senhor, tendo este direito de vida ou de morte sobre o escravo. Era-lhe negado o acesso à educação, saúde, segurança, até meios de infraestrutura básica, muitos não possuíam. Não podia votar”.

Apesar de tanto sofrimento e opressão, mesmo com tanta dominação, restou sua cultura, que orgulha não somente as pessoas que são definidas como

descendentes afro-brasileiros, mas a todos os que vivem neste país. São tradições, costumes, artesanatos, artes, culinária, fatos e mais infinitudes de coisas que se transmitem de forma duradoura por várias gerações.

Não podemos deixar de destacar as lutas em busca da tão sonhada e idealizada liberdade, e as suas revoltas e resistências motivadas pelo tratamento desumano e a vida difícil nas fazendas. Por isso os escravos viam nos Quilombos uma forma de resistência para por fim à opressão e dominação a eles imposta pelos brancos.

Ao tratar dos quilombos, faz-se necessário considerar que esses centros não serviam apenas como local de esconderijo, ao fugirem das senzalas e das maldades dos seus donos. Além de local de resistência, era também onde se perpetuavam suas práticas religiosas, suas danças, seus símbolos e crenças, ou seja sua cultura.

Nesse sentido, o quilombo presente no inconsciente e na memória coletiva do povo negro, passa a ser uma referência e símbolo de resistência e de afirmação política. Para o movimento Negro a experiência coletiva dos quilombos foi uma das formas mais ricas de organização e luta do povo negro brasileiro pela liberdade, onde negros e negras se rebelaram contra a violência racial da escravização, ocuparam as terras virgens de difícil acesso, reorganizaram a sua vida em liberdade baseada na herança cultural africana. (CARDOSO, MARCOS, op.cit.,2002,p.63).

Os quilombos foram instituições mistas que refletiram no tipo de organização, na cultura e nas estratégias de ocupação do espaço territorial, um local de sonhos, realizações e solidariedade plural. Segundo Duarte, a população negra dos quilombos teve o poder de celebrar a resistência por meio de suas danças, suas persistentes orações e invocações aos deuses ancestrais.

Como afirma Benjamim:

Apesar da injusta situação da escravidão, do despojamento dos indivíduos escravizados, da política de separação de famílias e dos grupos étnicos, os africanos e os afrodescendentes deram uma contribuição fundamental para a cultura brasileira. A visão de mundo, a religiosidade, a música, a dança, a vestimenta, a culinária dos escravos resistiram aos séculos de opressão durante o período da Colônia e do Império. A forma de ser brasileiro foi totalmente impregnada pelas contribuições africanas. E em relação às festas não podia ser diferente. (BENJAMIM, 2008, P. 241)

Segundo Siqueira (1997, p. 78), quilombos “foram locais para onde se refugiava o contingente populacional que, fugindo à opressão sofrida, optavam por viver livremente. Eram chamados quilombolas”.

No Brasil, existiram muitos quilombos, e o mais importante foi o Quilombo dos Palmares, situado na região nordeste do Brasil. A sobrevivência desse quilombo

se deu em função de uma economia coletiva e a alimentação de subsistência. As tarefas eram feitas por todos os palmarinos. “Com base na propriedade coletiva de todos esses recursos, as famílias cultivavam a terra não só para o próprio sustento, mas também para produzir um excedente a ser utilizado por toda a comunidade”. (GENNARI, 2008, p. 36). Em Mato Grosso existiram vários quilombos, e os maiores foram o do Piolho ou Quariterê do Rio Manso e o do Sepotuba. (SIQUEIRA, 1997, p. 79).

Não se pode deixar no esquecimento que as pessoas que vieram do continente africano, por serem de diversas etnias, trouxeram consigo uma infinidade de histórias, lutas, conquistas, costumes e, principalmente, a hierarquia, que iam sendo passados de uns aos outros. Esses costumes passaram a integrar a vida cotidiana das pessoas que já habitavam a colônia portuguesa.

Esses aspectos são tratados e discutidos por Souza no Projeto A Cor da Cultura. Os hábitos antigos que possuíam no continente Africano foram mantidos no novo continente:

Entre esses escravos havia artistas e músicos com novos instrumentos, ritmos e movimentos que encheram nossa terra de cores e sons – que hoje são tão nossos, tão brasileiros. E suas línguas modificaram o português, fizeram dele a língua nacional, levando-o pelo território, introduzindo palavras e tonalidades. E também trouxeram novas maneiras de se comportar nas relações familiares, de se relacionar com o sagrado, novos modos de celebrar e de se ligar aos antepassados, ou seja, posturas diante da vida e da morte. Todos esses conteúdos permearam a sociedade brasileira, transformaram-se e a transformaram. Por isso, hoje todos somos herdeiros dessas culturas. (p. 46 – Projeto A Cor da Cultura)

Tendo em vista os sofrimentos impostos aos povos africanos, faz-se necessário e urgente a implantação e implementação da Lei número 10.639, que determina a obrigatoriedade do ensino de História da África e dos afrodescendentes, dando maior ênfase na história dos povos afro-brasileiros, principalmente para conhecermos e compreendermos o nosso passado para entendermos o nosso presente. “Pois à medida que o africano se integrou à sociedade brasileira, tornou-se afro-brasileiro e, mais do que isso, brasileiro”. (SOUZA, 2008, p. 132).

Assim, afirma Lima:

A importância dos estudos sobre a História do Negro no Brasil e da História da África deve ser entendida como parte importante da construção da identidade do povo brasileiro e, em particular da população afrodescendente, através do qual, resgata-se uma dívida histórica, no registro histórico oficial daqueles que colaboraram, em uma escala gigantesca, no acúmulo da riqueza nacional e no complexo multicultural que caracteriza e personaliza o povo brasileiro.

É com esta perspectiva que se afirma que deve ser integrado ao currículo escolar a Lei de número 10.639 e demonstrar a importância da construção da identidade cultural do povo brasileiro.

CAPÍTULO III

A VIDA DOS ESCRAVOS APÓS A LIBERTAÇÃO E AS CAUSAS E AS CONSEQUÊNCIAS DA SUBSTITUIÇÃO DA MÃO DE OBRA NEGRA PELA EUROPÉIA

Não se deve apenas mudar o verbo, de *vieram* para *foram trazidos* contra a sua vontade, mas é preciso considerar como ficou a vida dessas pessoas após a libertação. O processo de abolição dos escravos no Brasil foi lento e gradual. Existiram várias leis para por fim à escravidão, mas essas leis beneficiavam mais os donos de escravos do que os próprios escravos, e essa situação só foi resolvida com a aprovação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, assinada pela princesa Izabel, que pôs fim à escravidão, mas até se chegar à Lei Áurea, passou-se pelas leis: Lei Euzébio de Queiróz, Lei do Ventre Livre e Lei do Sexagenário. O Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão. Segundo Luna, o fim do tráfico negreiro só aconteceu realmente após o fim da escravidão.

A importação não cessou até as vésperas da Abolição. Embora vigorassem leis proibitivas, os negreiros sempre encontravam meios de burlá-las, geralmente, com a complacência das próprias autoridades, o que não é de estranhar, sabendo-se que a classe dominante era constituída de senhores de escravos, fazendeiros de café e donos de engenhos, seus parentes e aderentes, transformados, de uma hora para outra, em nobres da Colônia e do Império [...] (LUNA, 1998, p.98).

Não se pode imaginar que a vida dessas pessoas se transformou após essa lei, muito pelo contrário, com a libertação veio a dificuldade em encontrar trabalho, moradia e, conseqüentemente, a alimentação. O negro liberto foi substituído em muitas regiões pela mão de obra do imigrante europeu. Com a falta de uma legislação que visasse os direitos dessas pessoas, ocorreu uma grande exclusão social, que ao longo dos anos vem sendo solucionada a custa de duras batalhas travadas pelos movimentos negros, por governantes e pelos afrodescendentes ou afro-brasileiros.

Para substituir a mão de obra escrava, foi utilizada uma outra forma de exploração, a mão de obra dos imigrantes europeus, que, em decorrência da crise econômica que a Europa estava vivendo, vinham para o Brasil em busca de melhorias financeiras. A imigração cresceu, primeiro pressionada pelo fim do tráfico internacional de escravos para o Brasil, depois pela expansão da economia, sobretudo no período das grandes plantações de café no estado de São Paulo.

Em decorrência dessa substituição, os ex-escravos ficaram em uma situação pior do que a que eles já conheciam. Essa substituição se deu também em decorrência da busca do embranquecimento da raça, pois o negro significava um impedimento para a formação da nação brasileira e o seu crescimento econômico.

Como bem exemplifica Mattos:

O ideal da evolução étnica brasileira seria a pureza da raça branca. Por isso, concomitante à eliminação do negro, a imigração européia foi incentivada com o intuito de promover o branqueamento da população. O governo republicano, além de incentivar, destinou recursos próprios para a imigração européia, proporcionando, em grande medida, a exclusão dos negros do mercado de trabalho formal. (MATTOS, 2009, p. 186)

Em função da sua quase total exclusão do mercado de trabalho formal, os ex-escravos se viram obrigados a aceitar e executar as tarefas menos qualificadas e mais difíceis, recebendo os menores pagamentos. Esse fato não ocorreu apenas nas áreas rurais, mas se repetiu nas cidades, e não somente em relação a trabalho, mas também relacionado à questão da moradia, pois, como diz Mattos:

A exclusão racial não aconteceu apenas no âmbito do trabalho. Pode se notar também que os negros foram excluídos geograficamente. Por conta de sua precária condição financeira, eles foram obrigados a residir nas regiões periféricas das cidades, habitando cortiços e pequenas casinhas de aluguel nos bairros afastados do centro paulistano e favelas que surgiram nos morros cariocas. (MATTOS, 2009, p. 187)

Quando abordamos a exclusão geográfica, relacionada às questões habitacionais, percebemos que a configuração do espaço geográfico atual se mostra com nítidos reflexos de marginalização da população negra, assim como no passado. Ao analisarmos os dados censitários de uma região periférica ou favela, percebe-se que o número de população negra é significativamente maior do que a população de brancos, residindo em locais de ocupação desordenada e irregular. Conforme pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) abordada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas:

Considerando a distribuição de acordo com o chefe da família, a pesquisa mostra que 40,1% dessas casas são chefiadas por homens negros, 26% por mulheres negras, 21,3% por homens brancos e 11,7% por mulheres brancas. De acordo com o estudo, essa distribuição mostra a predominância da população negra em favelas, o que reforça a sua maior vulnerabilidade social. (IBGE, 2011).

Ao preferir o imigrante europeu ao negro por parte dos empregadores, fez surgir também a exclusão social e financeira para os negros libertos, e aumentou as desigualdades na sociedade brasileira, as quais perduram até os dias atuais.

Nesse contexto, os ex-escravos, vendo seus direitos sociais em relação ao mercado de trabalho sendo cada dia mais esquecidos ou não levados em conta, começaram a se organizar para buscar igualdade social e derrubar a barreira do preconceito e do racismo à qual estavam sujeitos, dando assim início às lutas por igualdade.

Os negros libertos e os Movimentos Negros não aceitaram as imposições e as injustiças sociais a eles impostas, pelo contrário, continuaram atuantes, a fim de que seus direitos sociais fossem reconhecidos e, principalmente, respeitados. Conforme Mattos,(2009, p. 201): ``Diante desses novos obstáculos, os negros não se abateram, organizaram-se em associações políticas e culturais, que deram origem a um forte movimento em torno da identidade negra, na tentativa de derrubar os preconceitos e alcançar a igualdade social ``.

Em função das injustiças impostas aos africanos ao longo do período escravajista no Brasil, o racismo e o preconceito a eles imposto após a abolição, se faz necessário uma grande reparação dos danos a eles causados em nome de uma sociedade eurocêntrica e injusta. Que as políticas públicas realmente cumpram o seu papel social em relação aos afrodescendentes. E, mais que isso, que se tenha conhecimento de como se formou o que na atualidade se chama de identidade brasileira.

CAPÍTULO IV

A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO POVO BRASILEIRO

Ao discutir o processo de formação do povo brasileiro, é imperioso lembrar que esse processo se fez pelo encontro de povos indígenas, negros e brancos, e que na atualidade a convivência aparentemente amistosa entre os diferentes grupos demarca as suas particularidades. Os grupos não recebem o mesmo tratamento em nossa sociedade, enfrentando barreiras, conflitos que avassalam o caráter do respeito, cumprindo metas econômicas socialmente cruéis, buscando a superação para redefinição da própria identidade, ou simplesmente conseguir fazer parte dessa dita “sociedade”.

A visão de mundo de um povo é sua marca registrada. A forma como ele representa as coisas que o rodeiam irá determinar como este povo interage com todo o seu meio, seja em seus utensílios de uso cotidiano, seja em suas relações pessoais, filosóficas ou religiosas.

A História não serve somente de suporte para que se mostre, analise e se compreenda como esses seres humanos sensíveis a dor, a humilhação, ao frio e a fome sofreram, mas também para demonstrar toda a cultura dos povos africanos (artes, músicas, culinária, etc.). Considerando como relevante esse termo e admitindo que até a atualidade o preconceito contra os negros ainda é um fato evidente em nosso país, desenvolveu-se o presente estudo, que demonstra a mistura de raças e, como resultado, dessa miscigenação a formação do povo brasileiro.

Segundo Freyre:

A formação brasileira tem sido, na verdade, um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena... Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo. (1998. P. 53).

Do cruzamento entre índios, portugueses e negros, surgiu o que hoje se denomina povos afrodescendentes. E, para Souza, ser afro-brasileiro é: “Indicar produtos das mestiçagens para os quais as principais matrizes são africanas e as lusitanas, frequentemente com pitadas de elementos indígenas”. (2008. p. 132). Esses cruzamentos raciais deram origem à mestiçagem, ou seja:

amorenou a nossa pele, alongou a nossa silhueta, encrespou nossos cabelos e nos conferiu a originalidade de gestos macios e andar requebrado. Ao incorporarem elementos africanos ao seu dia a dia nas lavouras,... construíram uma nova identidade e nos legaram o que hoje chamamos de cultura afro-brasileira. (SOUZA, 2008, p. 1).

Como qualquer outra forma de identidade social, a identidade negra se forma a partir do princípio dialético entre o nós e o outro. Neste caso, se constrói nas próprias relações entre as pessoas consideradas socialmente como “brancas” e as pessoas definidas, por exemplo, como negras. Essa polarização, porém, não se aplica a todas as sociedades nas quais existam relações raciais. Para se compreender como as identidades negras são articuladas nos mais variados contextos culturais é necessário considerar os desdobramentos históricos pelos quais a sociedade tem passado ao longo do tempo.

Denys Cucho afirma que o processo de identificação mostra que a diferenciação produz o que é denominado de fronteira, ou seja, os limites entre o outro e nós mesmos. Essa fronteira ou separação é causada pelo desejo que um coletivo tem de se diferenciar, bem como o uso que ele faz de alguns traços culturais que marcam uma identidade específica. As fronteiras, devido ao seu caráter não imutável, dadas as mudanças sociais, carrega em si um certo deslocamento de seus componentes. Igualmente, é necessário encontrar as características da diferenciação, dado a multidimensionalidade da identidade numa perspectiva de recusa à homogeneização porque esta é mortífera para a realidade psíquica e cultural. É necessário levar em conta o conceito de etnicidade como um processo positivo de identificação que utiliza mecanismos de interação que se apropriam da cultura de forma estratégica e seletiva para manter ou questionar as “fronteiras” coletivas.

No caso do Brasil, um dos primeiros fatores que deve ser pensado diz respeito ao fato das relações raciais não se basearem na polarização exclusiva entre brancos e negros. Melhor dizendo, a grande maioria das pessoas no Brasil não se pensa simplesmente como negra ou afrodescendente e nem, de modo oposto, como meramente branca (Fry, 2005). Estudos antropológicos contemporâneos afirmam que uma das linguagens mais recorrentes nas representações sobre “raça” e racismo no Brasil é justamente a ênfase dada pelas pessoas à questão da mistura racial e cultural (Fry, 2005; Sansone, 2003; Schwarcz, 2001; Sheriff, 2001). Para esses autores, querer que no Brasil se construa uma polarização racial estanque

entre “brancos” e “negros” é, no mínimo, não dar credibilidade aos valores e sentimentos da maioria da população, que não se pensa racialmente dividida. Vale salientar que a ênfase dada pela sociedade brasileira à mistura racial não implica necessariamente, como enfatizam Munanga (2004) e Hanchard (2001), num obstáculo à construção das “identidades negras”, mas expressa a forma particular pela qual as formas de autoidentificações são elaboradas no país.

Na sociedade brasileira, a classificação racial não opera pela lógica exclusiva da origem racial como na sociedade norteamericana. Oracy Nogueira apresentou um pouco da complexidade de fatores de ordem social e cultural que influenciam na classificação de uma pessoa como “negra” no Brasil. Vejamos o argumento do autor sobre tal problemática.

No Brasil, o indivíduo se faz valer pelas suas próprias qualidades individuais, independentemente de sua filiação racial ou de considerações de berço. Ao mesmo tempo, se dá ênfase ao fato de que, neste país, não apenas a admiração, mas também a amizade, a deferência e o amor entrelaçam indivíduos e suas famílias, independentemente de sua origem ou de sua aparência racial (Nogueira, 1998, p. 196).

De acordo com a argumentação de Nogueira, para um indivíduo ser classificado como “negro” no Brasil não basta apenas que ele tenha tez escura. Outros fatores como ascensão econômica, a rede de amizade, o seu prestígio, entram também como elementos importantes na classificação racial brasileira. Não se está negando, evidentemente, que a intensidade da tonalidade da cor da pele seja um dos fatores da classificação racial e da discriminação.

Pode-se afirmar que existem fatores de ordem social e cultural que influenciam para uma maior aceitação ou não de uma pessoa de tez não branca em determinados ciclos da sociedade brasileira. Que também tais fatores de ordem cultural e social exercem influências na forma como as pessoas são racialmente classificadas no Brasil. Esses fatores acarretam a classificação de uma pessoa como “negra” em uma determinada rede de relações sociais, e em outro contexto social essa mesma pessoa pode ser classificada como “escura” ou “morena” (SANSONE, 2003).

Uma outra argumentação importante sobre as relações raciais brasileiras foi desenvolvida pelo antropólogo Roberto DaMatta. Ele chama a atenção para o fato do sistema classificatório brasileiro celebrar a ambiguidade e a negociação, funcionando com base numa hierarquia finamente graduada (DaMATTÁ, 1997, apud

FRY, 2005). A interpretação de DaMatta nos permite afirmar que as categorias como “negro”, “moreno”, “mulato” e muitas outras fazem parte do jogo de embates e negociações específico das relações raciais brasileiras. Assim, cada uma dessas categorias possui um valor cultural positivo ou negativo, dependendo do contexto das relações sociais nas quais são acionadas.

Há que destacar também que entender o valor que as pessoas dão à mistura racial e cultural como um mero obstáculo à construção de uma polarização racial no Brasil é não considerar os aspectos dinâmicos inerentes aos processos identitários. Não queremos com isso reificar a ideologia do branqueamento e nem o mito da democracia racial.

Não existe mais sentido falar que as relações raciais são mais brandas no Brasil do que em outras sociedades. O racismo brasileiro pode ser tão violento, evidentemente, como qualquer outro sistema racial. Agora, o que existe de específico nele são as suas relações raciais e as formas pelas quais as pessoas se definem e definem racialmente as outras. Torna-se extremamente delicado querer transpor a lógica racial de uma sociedade como a norte-americana, que se pensa racialmente polarizada, para a sociedade brasileira na qual essa polarização racial não perfaz os significados dos brasileiros no que diz respeito às relações raciais (Bourdieu & Wacquant, 2002). Sansone também chama a atenção para o fato da necessidade de se contextualizar os estudos sobre “identidade negra”.

[...] A identidade negra, como todas as etnicidades, é relacional e contingente. Branco e negro existem, em larga medida, em relação um aos outros; as “diferenças” entre negros e brancos variam conforme o contexto e precisam ser definidas em relação a sistemas nacionais específicos e as hierarquias globais de poder, que foram legitimados em termos raciais e que legitimam os termos raciais (SANSONE, 2003, p. 24).

Na realidade, o processo de autoafirmação de uma pessoa como “negra”, como qualquer outro processo de elaboração de identidades sociais, é permeado por espaços de subjetividade, que faz com que as “identidades” não sejam homogêneas. Por isso é que damos ênfase a “identidades negras” no plural, buscando evidenciar o caráter subjetivo, seletivo e cultural das “identidades”. Pois, não se pode construir uma autoimagem de si mesmo isenta de mudanças, negociações e de transformações em função do outro (POLLAK, 1992). A “identidade” é assim um espaço de valores disputados em conflitos sociais e

também em conflitos com a subjetividade do indivíduo, envolvendo a história biográfica e a experiência de vida das pessoas envolvidas (BOURDIEU, 1996).

Contudo, é preciso que se leve a sério o nosso processo de socialização e de formação enquanto nação; processo esse fortemente marcado pelas representações de miscigenação e mistura cultural (SCHWARCS, 2001). Dentro de tal contexto sócio-cultural, a “raça” não poderia se constituir tendo como fundamento a pureza racial, apesar de todo esforço ideológico das elites em alguns momentos da história do país.

CAPÍTULO V

AS CONTRIBUIÇÕES DA CULTURA DO POVO AFRICANO PARA A CULTURA DO POVO BRASILEIRO

Através da junção de várias culturas que ocorreram na Colônia Portuguesa na América no passado, entre portugueses, índios e negros, e devido a essa diversidade de culturas, que nasceu a cultura brasileira e a formação social, política, econômica e cultural do Brasil.

A cultura de um povo é a sua marca, e os povos africanos que foram trazidos para a Colônia portuguesa na América, eram de diferentes etnias, ocorrendo, dessa forma, uma mistura de culturas, que posteriormente passou a ser chamada de cultura afrodescendente ou afro-brasileira. E, segundo Souza:

Cultura é uma palavra que tem vários sentidos. O significado mais comum diz respeito às informações e aos conhecimentos que uma pessoa tem sobre literatura, pintura, coisas ligadas à criação artística, à filosofia e ao saber de forma geral. Esse sentido da palavra está ligado à ideia de erudição, por oposição à ideia de um conhecimento que as pessoas não aprendem na escola ou nos livros, e sim no dia a dia, no convívio com os outros, ouvindo os mais velhos e seguindo seus exemplos. (SOUZA, 2008 p. 87)

Se, segundo a antropologia, não há culturas superiores nem inferiores, e sim culturas diferentes, deve-se então conhecer a cultura dos povos africanos que tanto contribuiu para o surgimento da cultura que hoje é chamada de cultura brasileira, para depois poder julgá-la ou compará-la.

Conforme discorre o antropólogo brasileiro Roberto da Matta, não existe cultura sem uma tradição:

Não há cultura se não houver uma tradição viva, conscientemente elaborada, que passe de geração para geração, que permita individualizar ou tornar singular e única uma dada comunidade relativamente às outras (constituídas de pessoas da mesma espécie). É a tradição que dá à coletividade a consciência do seu estilo de vida. (1990. p. 122).

A cultura une várias gerações durante uma época. O processo mediante o qual as pessoas aprendem o modo de vida da sua sociedade é denominado de enculturação. A cultura é dinâmica e sofre mudanças. A cultura nunca é estática. Quando a mudança é mais rápida do que a capacidade da comunidade adaptar-se a ela, podemos falar corretamente de um choque cultural.

De acordo com Souza:

Hoje em dia os estudiosos dos homens e de suas sociedades aceitam que na base da vida social esta a capacidade de simbolizar dos homens, isto é, atribuir significados a palavras, gestos, comportamentos, símbolos gráficos, desenhos, sons e muitas coisas que são partilhados pelos membros do grupo. É a capacidade de simbolizar, de atribuir significados, que permite que os homens transmitam ideias e sentimentos e que vivam em grupo, conforme as regras nele estabelecidas. A cultura é, assim, um código básico de simbolização que permite a comunicação e o entendimento entre aqueles que pertencem a ela. (SOUZA, 2008, p. 87)

Muitas das contribuições dos afrodescendentes para a cultura brasileira foram importantes, mesmo os negros tendo sido obrigados a se aculturarem assim que chegaram ao novo continente. Não são poucas as contribuições da cultura africana que se disseminou no território brasileiro, das quais podemos citar algumas manifestações culturais, como por exemplo: os maracatus, as congadas, a música, a culinária, a capoeira, a religião, entre tantas outras.

Segundo Mattos:

Dessa maneira, os africanos e seus descendente, escravos libertos, apesar dos obstáculos enfrentados no interior de uma sociedade marcada pela escravidão, na qual os indivíduos eram distinguidos pela cor da pele, condição social e origem étnica, conseguiram sobreviver e, sobretudo, lutaram por melhores condições de vida e pela sua liberdade, construíram espaços para afirmação de solidariedade e para a manifestação da sua cultura e visões de mundo.(MATTOS, 2009, p. 215).

Ao trabalhar as contribuições culturais africanas para a formação da cultura brasileira, é preciso analisar a cultura europeia e a cultura africana que foram trazidas para a Colônia Portuguesa na América e que aqui encontraram a cultura indígena. Foi dessa miscigenação cultural que nasceu a cultura brasileira ou afro-brasileira. Conforme é trabalhado no Projeto a Cor da Cultura:

Os africanos ensinaram aos habitantes do território brasileiro e das Américas escravistas muitas coisas fundamentais para a sobrevivência e o crescimento do chamado “Novo Mundo”. E realizaram outras tantas criações, a partir de sua capacidade de aprendizado. Foram artífices, construtores, cirurgiões-barbeiros, cozinheiras. Foram agricultores que trouxeram plantas novas, que serviram e servem como alimento e remédio, e também introduziram diferentes técnicas de cultivo. Entre esses escravos havia artistas e músicos com novos instrumentos, ritmos e movimentos que encheram nossa terra de cores e sons – que hoje são tão nossos, tão brasileiros. E suas línguas modificaram o português, fizeram dele a língua nacional, levando-o pelo território, introduzindo palavras e tonalidades. E também trouxeram novas maneiras de se comportar nas relações familiares, de se relacionar com o sagrado, novos modos de celebrar e de se ligar aos antepassados, ou seja, posturas diante da vida e da morte. Todos esses conteúdos permearam a sociedade brasileira, transformaram-se e a transformaram. Por isso, hoje todos somos herdeiros dessas culturas. (p. 45 e 46 – Projeto A Cor da Cultura)

Nos dias atuais, a indústria carnavalesca movimenta fortunas, e a mídia, no período de carnaval, não tem outro assunto que não seja as festas, os bailes e os desfiles de escolas de samba e trios elétricos. Mas, no período pós-abolição a imprensa brasileira não deixava espaço para a divulgação dos eventos promovidos pelas comunidades e associações negras.

Conforme relata Mattos:

Diante da falta de espaço na imprensa tradicional, os negros partiram para a imprensa alternativa e empenharam-se na criação de jornais feitos por eles próprios e que, além de divulgar a sua cultura, revelassem a luta pela igualdade de direitos e as suas reivindicações políticas. (2009, p. 188)

Esses acontecimentos não começaram hoje. No passado, os negros se organizavam em associações, para assim poderem manifestar sua cultura. Dessas associações negras, muitas se tornaram escolas de samba, que dão brilho e esplendor ao carnaval atual com suas belezas e luxos, que expõem nas avenidas histórias passadas de uma forma chique e aceita por todos.

Na atualidade, muitos dos valores e da história dos afrodescendentes estão sendo resgatados e expostos pelos Movimentos Negros, que lutam para que seus direitos sejam reconhecidos, respeitados e, acima de tudo, valorizados. Mas esses Movimentos não surgiram na contemporaneidade, muito pelo contrário, eles já eram atuantes nos movimentos para a abolição da escravidão, e depois continuaram suas lutas em prol dos direitos dos libertos.

Ao longo do século XX, os negros atuaram também em associações culturais, e esses locais foram aumentando ao longo do tempo, como os grupos teatrais, os jornais, o Centro Cívico Palmares, entre tantos outros. As associações negras voltaram-se mais para a atuação política, passando de um caráter não apenas cultural, mas político, com a função de atuarem nas lutas pelos direitos dos negros e pela igualdade racial. (MATTOS, 2009, p. 189)

Devemos considerar que essas manifestações por igualdade racial não ocorreram apenas no Brasil, mas em vários países ocupados por povos africanos. Como, por exemplo, nos Estados Unidos, onde Martin Luther King liderou a comunidade negra contra a lei de segregação e conseguiu torná-la inconstitucional. Daí os movimentos de resistência se expandiram.

Assim, explica Mattos:

O Movimento dos Direitos Civis fez com que a sociedade norte-americana percebesse a existência de discriminação racial, que, além de ir contra os princípios liberais (base da sua política), também gerava a pobreza e o crime. A partir desse momento, surgiram vários movimentos de resistência liderados por negros contra discriminação racial em todo o mundo. (2009, p. 192).

Ao mesmo tempo em que lutavam contra a discriminação racial e atuavam para ocupar mais espaço na sociedade brasileira, os negros preservavam sua cultura por meio de manifestações como as congadas, maracatus, tambor de crioula, afoxés e blocos afros, do samba e do hiphop. (MATTOS, 2009, p. 192).

Essa diversidade cultural faz parte da realidade do povo brasileiro em todos os aspectos, sejam eles religiosos, musicais, culinários, etc. Ao falar em cultura brasileira, está se falando em heranças africanas que foram herdadas do período escravista.

Quando os africanos chegaram ao Brasil, passaram a conviver com diversos grupos sociais – portugueses, crioulos, indígenas e africanos que eram originários de diferentes partes da África. Nesse caldeirão social buscaram garantir a sobrevivência, estabelecendo relações com seus companheiros de cor e origem, construindo espaços para a prática de solidariedade e recriando sua cultura e suas visões de mundo. Assim, os africanos foram influenciando profundamente a sociedade brasileira, deixando contribuições importantes para o que se chama na atualidade de cultura afro-brasileira. (MATTOS, 2009, p. 155).

Lembremos também a questão do português que se fala no Brasil, pois nossa língua sofreu a influência de vários grupos linguísticos. Como exemplifica Mattos, “a existência de um grande número de africanos e de seus descendentes contribuiu enormemente para que o português falado no Brasil recebesse a influência e fosse repleto de elementos das línguas africanas” (2009, p. 180).

As contribuições culturais que os africanos trouxeram consigo do seu continente só fez enriquecer a cultura brasileira e, posteriormente, da miscigenação entre essas culturas, formou-se a cultura afro-brasileira. Atualmente o povo brasileiro se orgulha de sua cultura, mas, na maioria das vezes, não sabe a origem da formação cultural brasileira. Portanto, se faz necessário levar ao conhecimento da população brasileira as contribuições dos africanos para a formação da cultura brasileira, bem como o processo dessa diversidade.

CAPÍTULO VI

A PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO AFRO NO BRASIL E AS LEGISLAÇÕES REFERENTES À CULTURA NEGRA E AS LEIS DE COTAS

Há uma divergência quando se trabalha o papel da escola como local de difusão de conhecimento, pois nesse local onde a História dos povos africanos deveria ser tratada de forma esclarecedora, isso não ocorre, e essa realidade vai contra o que diz as orientações curriculares:

“As Políticas de Educação para as questões étnico-raciais tratam da valorização da diversidade, visando compatibilizar os conteúdos da educação com as especificidades das diversidades étnicas, raciais e culturais, na perspectiva de realizar a inclusão e a redução das desigualdades. A discriminação racial e étnica no Brasil se reproduz em vários contextos sociais das relações entre negros e não-negros, bem como entre indígenas e não-indígenas, ou entre nacionais e imigrantes. A escola não se encontra isenta dessa reprodução. Embora ela não seja produtora dessas relações, acaba por refletir as tramas sociais existentes no macro-espaço social, muitas vezes reforçando o racismo e a discriminação”.
(Orientações Curriculares, 22/08/2009)

Consequentemente, não vêm dando conta não só de superar problemas que acabam tendo impacto direto sobre a população negra, tendo em vista que esse grupo social vem cada vez mais buscando ocupar seu espaço na universidade, defrontando-se, no entanto, com uma estrutura institucional que não favorece a igualdade de oportunidades pela democratização do saber, o que contribui para reforçar o quadro de discriminação e desigualdade que, historicamente, caracteriza a sociedade brasileira.

É difícil de compreender a ideia de racismo, sobretudo ao considerar que 51% da população brasileira é negra. Mesmo que o governo busque, por meio de políticas públicas, mudar o olhar sobre o negro, tentando resgatar uma dívida imensa que o Brasil tem em relação a essa população que durante muitos anos viveu à margem da sociedade brasileira, os resultados não são os melhores.

Entender qual seja a real função social das universidades no Brasil, sem dúvida, é um dos grandes desafios do século XXI e, entre os caminhos apontados para se chegar a esse entendimento está o da problematização de sua configuração por meio da reforma da Educação Superior em seus aspectos sociais, políticos e culturais, assim como por seus impactos sobre o conjunto da própria sociedade. Partindo dessa perspectiva, nos propomos fazer tal discussão tomando como fio condutor o entendimento do que sejam esses fins da educação superior,

considerando a emergência de políticas específicas de reparação social e histórica, em particular, as ações afirmativas voltadas para a população negra, dentro do movimento de luta contra o acesso desigual desse grupo social a esse nível de ensino.

As mudanças ocorridas no campo educacional fazem parte dos desdobramentos da nova concepção de Estado que fora implantado no Brasil, especialmente a partir de 1990. Entretanto, o movimento das reformas de Estado é um fenômeno que marca diferentes países, principalmente a partir de 1980, começando pelos países centrais, criticado devido aos altos encargos sociais. Sendo assim, algumas reformas estruturais passam a ser proclamadas no intuito de se definir uma estratégia de desenvolvimento baseada na redefinição do papel do Estado, entre a esfera econômica e a esfera dos serviços públicos.

No caso específico do Brasil, apesar de ter se iniciado na gestão do presidente Fernando Collor de Melo, o auge do movimento reformista ocorreu a partir de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, quando inicia-se um conjunto de medidas voltadas para mudanças no padrão da gestão estatal, com reflexos diretos para o âmbito educacional. Essas reformas, de inspiração neoliberal, apontavam soluções para a crise, baseando-se na ideia de Estado-mínimo, ou seja, por acreditarem que uma das principais razões para a crise do sistema capitalista era a intervenção do Estado na economia, e que o mercado poderia coordenar racionalmente os problemas sociais, tanto de natureza econômica quanto política. Os neoliberais defendiam, e ainda defendem, a não-intervenção estatal em alguns setores da economia, como também no âmbito social e educacional (TEIXEIRA, 1996, p. 195).

Sendo assim, as funções do Estado passam a ser redefinidas, abrindo-se espaço para o mercado disputar e controlar atividades que antes eram de responsabilidade estatal, providas pelo setor público. Nessa conjuntura, a reforma da educação superior passa a ser proclamada e elaborada pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) e o MEC, sendo justificada, conforme Silva Jr e Sguissardi (2001, p.47), pelo pressuposto de que o ensino superior estaria em crise,

...por não absorver toda a crescente demanda e por não preparar adequadamente universitários para o mercado. Por outro lado, isso se deveria ao elitismo que marca toda a história da universidade brasileira e ao modelo universitário das universidades de pesquisa (modelo humboldtiano),

excessivamente unificado, caro e insustentável no médio prazo pelo poder público, em tempos de crise do Estado.

Não basta somente fazer leis, é preciso dar suporte para que essas leis saiam do papel e virem realidade, que sejam monitoradas desde sua criação, implantação, implementação e continuidade. Só dessa maneira elas terão sentido e serão cumpridas em seu completo teor.

Um exemplo claro dessa realidade é a lei de cotas. Não basta somente a lei, é necessário o conhecimento da história dessas pessoas, a fim de que sejam respeitadas e aceitas como iguais, que tenham o suporte necessário para a permanência nas universidades, com acompanhamento sob todos os aspectos até a conclusão do curso.

Desde a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância, ocorrida em Durban, África do Sul, em 2001, que a luta dos negros para enfrentar o processo discriminatório e conquistar o direito de exercer a cidadania se intensificou. Isso porque os princípios estabelecidos pela Conferência fomentaram as discussões sobre a urgência da elaboração de políticas de ação afirmativa visando a promoção da equidade para a população negra no Brasil.

É no campo educacional que as atenções se voltam de modo mais explícito, pois, como salienta Marques (2007), as diferenças de escolaridade entre brancos e negros permanecem de geração em geração, o que resulta na exclusão racial e social dessa população, tornando-se uma situação urgente a ser resolvida numa sociedade que pretende reduzir as desigualdades. Tal situação necessita de um combate aos mecanismos sociais que provocam essa exclusão, através da mobilização de setores importantes da sociedade e do Estado, por meio de estratégias que pressuponham a organização de um conjunto de diferentes políticas públicas.

Nessa busca de solução, emergem as políticas afirmativas, tendo como objetivo promover uma maior inserção e efetiva participação da população negra nos diferentes espaços e instituições, assim como nas discussões e produções delas advindas, o que vai de encontro à tradicional perspectiva social adotada pelas políticas públicas brasileiras, com suas medidas assistenciais contra a pobreza baseadas em concepções de igualdade, na medida em que, ainda de acordo com Marques (2007, p. 297-298):

O discurso da igualdade social e racial é falacioso, pois, desde o século passado, as gerações experimentam as conseqüências desastrosas das promessas de que o crescimento econômico (ou a industrialização, a urbanização, o retorno à democracia, o ensino público universal, a saúde universal) traria iguais benefícios para negros e brancos no Brasil.

Nesse contexto, as políticas de ação afirmativa assumem um caráter fundamental para o desenvolvimento social dos grupos excluídos do País e, junto a elas, a importância da participação estatal, visto que o Estado possui a incumbência de traçar diretrizes gerais à luz de normas jurídicas que legitimem as medidas adotadas. Figurando entre essas medidas implementadas nos últimos tempos, e certamente, até agora, a mais polêmica, a política de cotas é considerada uma das estratégias para a redução das desigualdades no País, decorrente da necessidade de se minimizar os prejuízos do fenômeno da diferença de tempo de escolarização entre brancos e negros ao longo dos anos, fruto da diferenciação na qualidade da educação oferecida para esses dois grupos sociais.

Sendo assim, é preciso reconhecer os avanços trazidos pelas políticas afirmativas na luta contra o quadro de desigualdade racial nas oportunidades educacionais do Brasil. Entre esses avanços está o papel positivo das cotas de vagas para estudantes negros enquanto instrumento que possa promover uma maior representação dos negros nas universidades brasileiras, pois tem que se levar em conta que a educação no Brasil sempre foi elitista e excludente, voltada para os filhos dos senhores de engenho do nordeste brasileiro e depois a sociedade cafeeira que se formou na região sudeste do país.

Não se pode perder de vista, como ressalta Moehleck (2002), que essa proposta surge como aprimoramento jurídico de uma sociedade cujas normas pautam-se pelo princípio da igualdade de oportunidades na competição entre indivíduos livres, justificando-se a desigualdade de tratamento no acesso aos bens e aos meios apenas como forma de restituir tal igualdade, devendo, por isso, ter caráter temporário, dentro de um âmbito restrito. Assim, o debate sobre a implantação do sistema de cotas para o ingresso de negros na educação superior pública e privada está longe de se esgotar: os que se opõem ao sistema de cotas apontam que essa medida fere a questão da meritocracia e gera conflito entre os alunos que são favorecidos e aqueles que ingressam na educação superior pela seleção formal, ou seja, o vestibular.

Conseqüentemente, as políticas educacionais não vêm dando conta de superar problemas que acabam tendo impacto direto sobre a população negra, tendo em vista que esse grupo social vem, cada vez mais, buscando ocupar seu espaço na universidade, defrontando-se, no entanto, com uma estrutura institucional que não favorece a igualdade de oportunidades pela democratização do saber, o que contribui para reforçar o quadro de discriminação e desigualdade que, historicamente, caracteriza a sociedade brasileira.

Vale lembrar também o direito a posse de terras onde os povos descendentes de escravos viveram ou vivem. Esses povos receberam o nome de quilombolas, ou seja, remanescentes de quilombos. O Termo “remanescente de quilombos” foi utilizado oficialmente na Constituição Brasileira de 1988, sendo uma definição abrangente e ao mesmo tempo operacional, no sentido do reconhecimento dos direitos sobre a posse da terra e da cidadania. Equívocos e desentendimentos por parte de estudiosos e movimentos sociais, assim como de interpretação jurídica e a morosidade dos órgãos estaduais e federais, levam muitas comunidades a enfrentar problemas em graus e modos diferenciados no que diz respeito à titulação definitiva de suas terras.

Tanto a definição do termo “remanescente” quanto a política elaborada para os membros dessas comunidades podem ser pensadas a partir de quatro suportes teóricos - memória, etnicidade, território e cidadania -, no sentido de recuperar as perspectivas das comunidades negras rurais contemporâneas pensando na memória das gerações locais.

No sentido de refletir sobre a história, legado e cultura das comunidades em termos de afirmação étnica e construção de um território respectivo, o que está em jogo é o reconhecimento da cidadania por meio do passado histórico e das experiências atuais dessas comunidades negras rurais.

CAPÍTULO VII

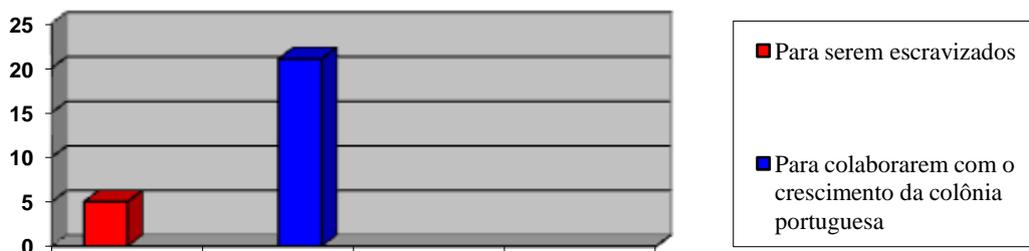
ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Questionário estruturado:

Ao analisar as respostas dos questionários aplicados, ficou nítida a falta de conhecimento da população brasileira em relação ao processo de formação da identidade cultural do povo brasileiro, bem como a história do passado dos povos africanos, antes da chegada ao Brasil, após a chegada e o legado para a formação racial do povo brasileiro.

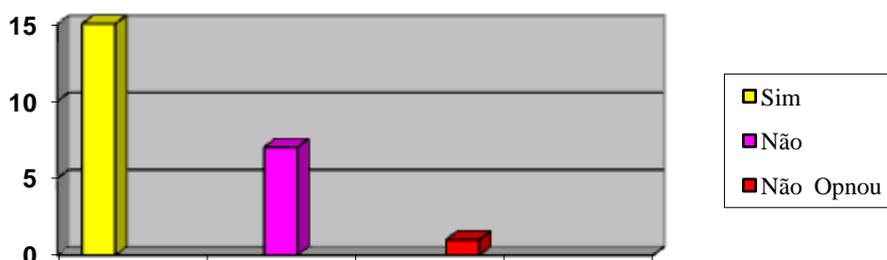
Observe o gráfico abaixo:

Os africanos foram trazidos para o Brasil



Como percebeu-se, a grande maioria das pessoas realmente não tem conhecimento da história da formação de seu país. Pois apenas 5% dos entrevistados souberam responder corretamente à pergunta.

Os africanos que foram trazidos para o Brasil e feito escravos, conseguiam manter sua cultura:



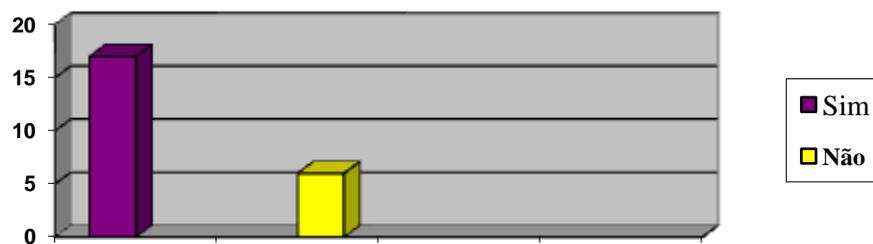
Também é relevante destacar que, apesar do pouco conhecimento sobre a história dos africanos, as pessoas assimilam que o que se chama de cultura brasileira, na realidade, é uma junção de cultura africana, indígena e europeia.

Diante disso o que foi preservado.



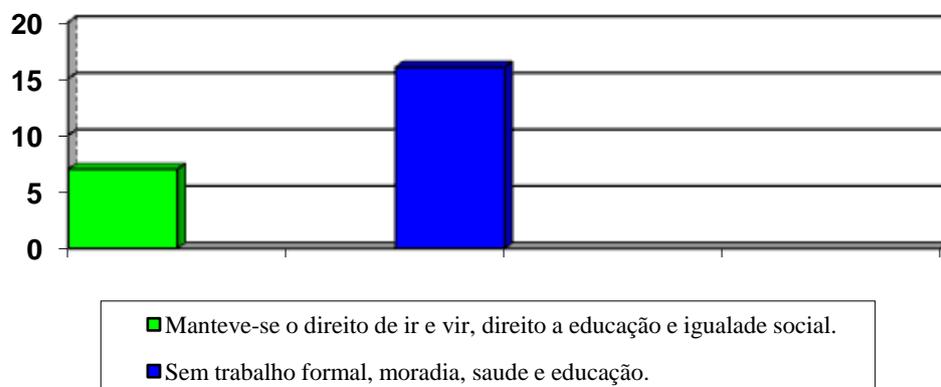
Os dados apresentados retratam o legado cultural dos povos africanos para a formação cultural do povo brasileiro. Bem como a visão das pessoas sobre essa questão.

O fim da escravidão afetou a vida dos ex-escravos?



É importante ressaltar os problemas enfrentados pelos ex-escravos após o fim da escravidão, bem como a falta de políticas públicas adotadas em função das necessidades básicas dessas pessoas.

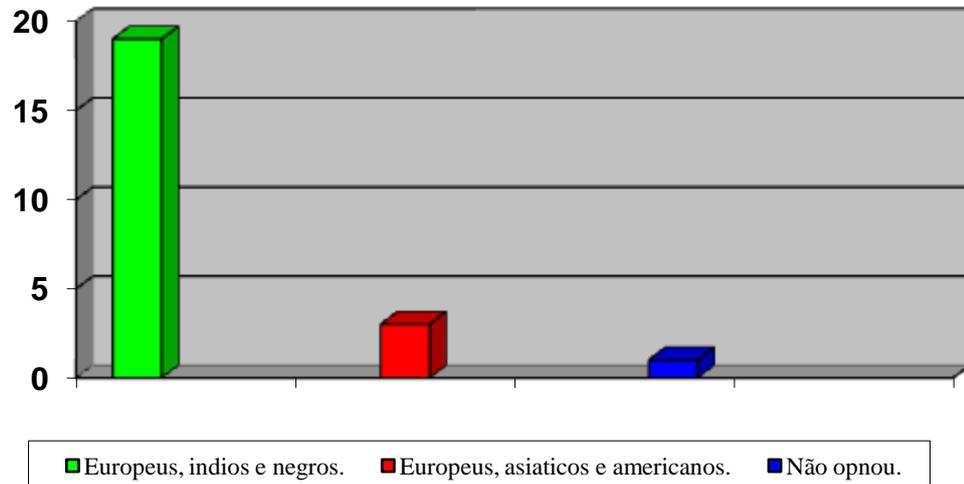
Como ficou a vida dos negros após a Abolição da Escravatura:



No gráfico acima ficou nítido o conhecimento científico dos entrevistados sobre a história do Brasil e como ficou a vida dos africanos após a abolição da

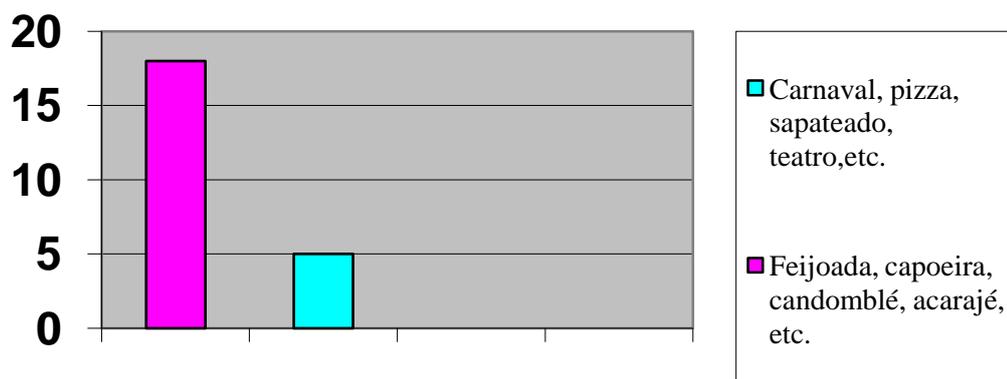
escravatura, bem como as agruras impostas por uma sociedade eurocêntrica e discriminatória.

Qual a formação racial e cultural do povo brasileiro?



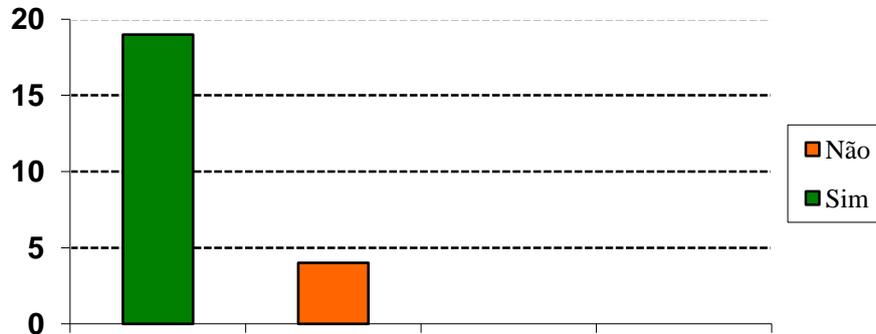
Os dados apresentados demonstram como se deu a formação racial e cultural do povo brasileiro ou afro-brasileiro, assim como o conhecimento dessa formação pela população.

Na mistura de diferentes culturas, formou-se o que hoje se chama de cultura brasileira ou cultura afro-brasileira. Qual dos itens abaixo veio da África junto com os cativos?



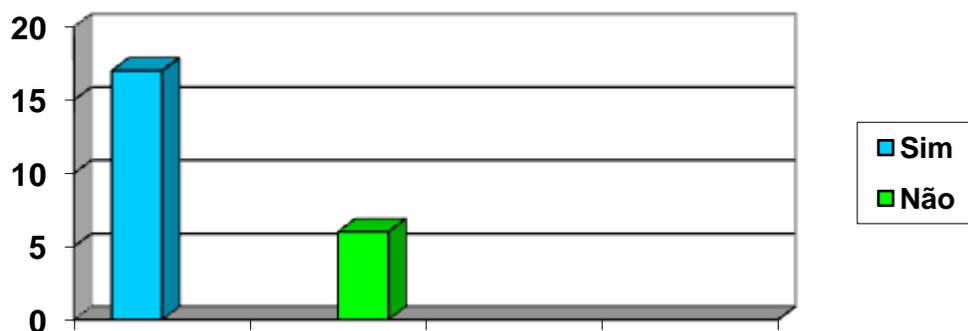
Notou-se que as pessoas que responderam a pesquisa têm conhecimento sobre a mistura de diferentes culturas que originou o que hoje se chama de cultura brasileira ou cultura afro-brasileira e o legado trazido da África pelos diferentes povos africanos para o Brasil.

O Brasil é um país que possui uma grande porcentagem de afro-descendentes?



Segundo pesquisas realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro Geográfico e Estatística), o Brasil é um país com 51% da sua população negra, sendo o país com o maior número de negros fora do continente africano. E ao responder ao questionário, as pessoas demonstraram terem conhecimento sobre esses dados.

Os movimentos Negros tiveram papel fundamental para as conquistas dos povos africanos ao longo das lutas e conquistas desses povos?



A tabela acima explicita a importância dos Movimentos Negros para as conquistas dos escravos durante a escravidão, principalmente após o fim da escravidão, e a importância desses movimentos na atualidade para as conquistas dos povos afrodescendentes.

Análise da Entrevista

Neste tópico, será trabalhado e discutido questões relacionadas às identidades culturais do povo afro-brasileiro. Nessa trilha, Hall diz que o reconhecimento da identidade cultural não deve estar ancorada na rigidez da oposição binária, como as dicotomias “nós/eles”, pois mesmo que a identidade cultural tenha sido construída por meio da diferença, seu significado não é fixo. (2003, p. 26). E após a abolição da escravidão no Brasil, os africanos tiveram que lutar pelo reconhecimento de seus direitos econômicos, sociais e culturais, e de suas influências na formação da cultura afro-brasileira. Sobre esses fatores, Mattos retrata que:

Diante dos novos obstáculos, os negros não se abateram, organizaram-se em associações políticas e culturais, que deram origem a um forte movimento em torno da identidade negra, na tentativa de derrubar os preconceitos e alcançar a igualdade social e cultural. (2009, p. 217).

Observou-se as questões aplicadas e as respostas obtidas pelos entrevistados quando perguntou-se :

1 – Quais os itens que estão mais relacionados às manifestações culturais afrodecendente como: dança, música, alimentação, vestimentas.

Ao dançar ou ver as pessoas dançando os ritmos africanos, me sinto leve e feliz, é como se voltasse no tempo, ao vivenciar um momento de reencontro com as minhas raízes africanas. Lembro de quando morava em São Luis no Maranhão e ouvia os batuques dos tambores nos terreiros.

Conforme explicita Montello:

Veza por outra sentia necessidade de ir ali, levado por invencível ansiedade nostálgica, que ele próprio, com toda a agudeza de sua inteligência superior, não saberia definir ou explicar. O certo é que, ouvindo bater os tambores rituais, como que se reintegrava no mundo mágico de sua progênie africana, enquanto se lhe alastrava pela consciência uma sensação nova de paz, que mergulhava na mais profunda essência de seu ser (1997, p. 12).

Não dá para explicar com palavras a emoção que nasce dentro de mim ao fazer parte desses acontecimentos ou mesmo só ao assisti-los. É algo mágico, pois sempre me aceitei como descendente de escravos que vieram da África. Mas o que mais expressa a cultura afro para mim é a comida.

Sobre a manifestação africana na alimentação, Mattos diz: “Dos escravos africanos vieram as técnicas e os modos de cozinhar os alimentos, e alguns condimentos como o azeite-de-dendê, a pimenta malagueta, a abóbora, o quiabo etc. Um dos pratos que resultou da criatividade africana foi a feijoada.” (2009, p. 176/177)

Apesar que todos os itens fortalecem o fato de que nós, afrodescendentes, fomos responsáveis pela construção da cultura que hoje existe no Brasil. Pois os nossos antepassados conseguiram manter vivos no novo mundo alguns de seus hábitos e costumes mesmo sob a crueldade da escravidão a que eles foi imposta. O que mais caracteriza para mim é o samba, tanto o ritmo como a dança.

No relato acima ficou nítido a importância da contribuição cultural africana para a formação na nação brasileira, como por exemplo a disseminação do samba fora das comunidades negras. Como bem exemplifica Mattos, “o samba feito nos morros foi apresentado à classe média carioca por músicos como Noel Rosa, que frequentava as favelas do Estácio e da Mangueira, passando a ser muito apreciado.” (2009, p. 197).

Quando vejo um grupo de capoeira, sinto uma vontade enorme de estar no meio deles e começo a mexer o corpo no ritmo do berimbau. Acho que isso é me sentir como parte integrante de um povo, é fazer parte de um grupo que deu início à formação do que hoje é chamado de identidade cultural brasileira.

Percebe-se a visão no relato acima da importância da capoeira para a identidade cultural das pessoas afrodescendentes. Em se tratando de heranças culturais africanas, Mattos confirma:

A capoeira pode ser vista, da mesma forma que as irmandades religiosas e as reuniões em batuques, como um espaço construído por escravos libertos, africanos e crioulos, para encontros e afirmação de apoio e de solidariedade entre os membros de um mesmo grupo... Para tornar ainda mais clara a relação da capoeira com as tradições culturais africanas, é preciso dizer que em alguns rituais tradicionais dos povos do rio Zaire, na África Centro-Occidental, algumas cores exerciam papéis fundamentais para os africanos. (2009, p. 185).

Imagino que as músicas dos blocos afros, mas todos esses itens juntos fazem parte da herança dos povos afrodescendentes e, sendo assim, faz parte do cotidiano do povo brasileiro, pois a identidade do povo brasileiro foi se formando em função da mistura entre: índios, africanos e europeus.

Na fala acima, é notório a identificação da identidade cultural em relação à musicalidade afro. Conforme afirma Mattos:

Na região nordeste brasileira, sobretudo na Bahia, a música recebeu uma maior influência das tradições africanas iorubás... Na década de 1980, os chamados blocos afros surgiram em Salvador na tentativa de refrancizar o carnaval de rua baiano. Esses blocos carnavalescos reinventaram as tradições da cultura negra, buscando a sua ligação com a África ao divulgar a história das sociedades africanas e exaltando os heróis africanos e afro-brasileiros. (2009, p. 201/202).

Nos relatos acima, observa-se a concepção das manifestações culturais como sendo uma questão de personalidade e vivências de um povo. Como Munanga (2003, p. 74) denomina de “identidade legitimadora”, pois a identidade é vista como imutável em função do caráter e da moral de cada indivíduo.

Para os entrevistados, a formação da identidade cultural de um povo depende do conjunto daquilo que uma pessoa viveu: família, escola e a vida social. Conforme afirma Velho (1999, p. 103), a construção da identidade do indivíduo depende das experiências passadas, pelas retenções e lembranças, ou seja, da memória fragmentada.

Dessa forma, dando continuidade à entrevista, sobre as heranças dos povos africanos, observando a aceitação das pessoas entrevistadas sobre o assunto em questão, perguntou-se:

2 – E o que você sente ao dançar ou ver outras pessoas dançando ao som do batuque ou músicas afro? E também ao comer ou ver comidas típicas e as vestimentas tradicionais dos povos africanos? Sabendo que tanto a dança, como a comida e as vestimentas vieram da África com os escravos?. Segue as resposta com os entrevistados:

Penso que todas são expressão da cultura africana, pois quando como alguns alimentos de origem africana, visto ou vejo os outros vestidos ou dançando, relaciono automaticamente esses fatos à formação racial e cultural do povo brasileiro.

Segundo Müller, “são muitas as contribuições africanas no Brasil. Negar isso é ignorar o fato de que o encontro entre povos e culturas jamais se deu imune das trocas e de influências que se dão em ambos os pontos do encontro.” (2009, p. 86).

Acredito que o que mais identifica as origens africanas são as vestimentas, pois ao ver pessoas com roupas todas brancas ou coloridas tradicionais dos africanos automaticamente imagino que são afrodescendentes.

Acho que tudo, pois o Brasil é afrodescendente, os negros trazidos da África mantiveram aqui seus antigos costumes, ou seja, misturaram sua cultura à dos índios e a dos portugueses e dessa junção formou a cultura brasileira ou afro-brasileira. Mas a alimentação acaba sendo a principal.

Em relação às falas acima, Souza explicita “a influência africana na culinária brasileira, principalmente na Bahia, onde o uso da pimenta e do azeite de dendê lembra a proximidade que ela já teve com a Costa da Mina”. (2008, p. 135).

Para mim a música é um traço marcante dos povos africanos que vieram para o Brasil, e que aqui mantiveram seus ritmos e a sua musicalidade em suas danças e rituais religiosos.

Conforme Souza, além de ser central nos cultos religiosos, a música de influência africana, na qual o tambor geralmente é o instrumento mais importante, também é fundamental em muitas outras ocasiões de festa e dança. Ao lado do tambor, outros instrumentos, como o berimbau, o agogô e reco-reco, se juntaram aos de origem lusitana, e são utilizados em grande variedade de danças e festas. (2008, p. 134).

Pensando sobre o mundo africano, acho que todas essas manifestações representam a formação da cultura afro-brasileira, portanto, não tem como separar uma coisa da outra, pois são todas heranças dos povos africanos misturadas com as que haviam no Brasil.

Para Souza, a valorização mundial do samba, do carnaval e, mais recentemente, da capoeira, todos saturados de contribuições africanas, é o exemplo mais evidente desse processo. As misturas não são mais vistas como fatores de degeneração e sim de enriquecimento. (2008, p. 131).

O olhar das pessoas está mudando ao longo da história em relação à afrodescendência. Para Souza, “essas mudanças que estão ocorrendo na maneira de ver o mundo, as sociedades e as pessoas, fortaleceram um movimento de afirmação da negritude e de valorização das coisas africanas”. (2008, p. 143). Por conseguinte, passou-se a conhecer e entender a história passada pelos afrodescendentes, e a importância deles para a formação da identidade cultural do povo brasileiro ou afrodescendentes. Vem ocorrendo uma maior aceitação da realidade por ambos os povos. De acordo com Souza:

Tomando consciência disso, e conhecendo melhor a história e as sociedades africanas, os afro-brasileiros passaram, pouco a pouco, a valorizar seus traços distintivos, suas culturas ancestrais, sua contribuição à formação da sociedade brasileira, mudando sua posição de uma vontade de se tornar igual ao branco para uma valorização de suas tradições. (2008, p. 143).

Como bem exemplifica também Müller, “conhecer a história, a cultura do povo negro, no Brasil, diz respeito à totalidade de brasileiros e brasileiras; promover humanamente estudantes negros e negras significa promover a própria nação”. (2009, p. 102).

No mundo contemporâneo, onde as mudanças vêm ocorrendo em todas as áreas do conhecimento, a sociedade brasileira passa por transformações

significativas relacionadas às questões do que é ser afrodescendente. Quanto à valorização e aceitação da cultura afro, vem crescendo e sendo apreciadas tanto danças, quanto a culinária e demais heranças africanas que fazem parte da cultura brasileira.

As entrevistas buscaram demonstrar de que forma as manifestações culturais dos povos afrodescendentes se constituem como meio para formação da identidade do povo brasileiro, e, ainda, evidenciar a forma de pensar desse povo sobre essas manifestações, destacando que a identidade brasileira está fundamentada na herança cultural afrodescendente.

CONCLUSÃO

Concluiu-se que os africanos tiveram um papel fundamental no processo de formação cultural brasileiro, pois, mediante a inserção de suas práticas e seus costumes na sociedade brasileira, contribuíram para a formação de uma identidade cultural afro-brasileira.

No decorrer das leituras, das pesquisas, ficou nítido que, apesar de terem sido trazidos a força para a colônia portuguesa na América, os africanos escravizados não se submeteram a total dominação a eles imposta, muito pelo contrário, organizaram-se e criaram formas de resistência. Esses povos, ao chegarem ao novo continente, misturaram suas culturas à cultura indígena e à europeia; e o resultado dessa junção foi a diversidade cultural do povo brasileiro, que na atualidade é chamada de cultura afrodescendente ou cultura afro-brasileira. Desse modo, observa-se a formação e a preservação de uma identidade cultural bastante plural devido às influências - europeia, africana e indígena -, favorecendo uma riqueza cultural bastante peculiar. Essas peculiaridades multiculturais manifestaram-se, principalmente, na língua, culinária, música, dança, religião, dentre outros.

Na luta pelo fim da discriminação, os movimentos negros foram de fundamental importância. Em outras palavras, enquanto não forem reduzidas significativamente as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho e não forem eliminadas diversas formas e mecanismos de discriminação que persistem, não existirá trabalho digno no Brasil. Quando falamos em trabalho digno, nos referimos a um piso mínimo, um patamar básico, que tem a ver com os direitos e princípios fundamentais no trabalho. Pois foi por meio de associações e movimentos coletivos que os ex-escravos empreenderam batalhas por seus direitos, e assim conseguiram conquistas muito importantes para esse povo que foi tão injustiçado e posto à margem da sociedade brasileira.

Os atos de resistência não ocorreram somente no campo cultural, mas também na busca do reconhecimento dos seus direitos e igualdade perante a uma sociedade eurocêntrica e preconceituosa. Portanto, se faz necessário a desconstrução dos valores eurocêntricos que estão arraigados no cotidiano do povo brasileiro, buscando uma resignificação desses valores.

A escola é o local adequado para se iniciar as discussões sobre a importância do legado africano, objetivando o conhecimento e a valorização da cultura africana, mudando assim a forma de olhar o passado dos africanos, percebendo e compreendendo que eles não foram apenas escravos, mas sujeitos com uma grande diversidade cultural e participantes da formação de uma nação.

O reconhecimento, na atualidade, dos direitos e das contribuições culturais, sociais e econômicas dos povos africanos para a formação cultural do povo brasileiro é essencial para o conhecimento e a compreensão de nossa história e de nosso país.

O Brasil é o país com maior número de afrodescendentes fora do continente africano. Portanto, se faz necessário e urgente a divulgação da importância das contribuições desses povos para a formação da nação brasileira, a fim de combater o racismo, discriminação e o preconceito existente na sociedade contemporânea.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRÉ, Marli E. D. A. *Etnografia na prática escolar*. Campinas: Papyrus, 1995.
- BENJAMIM, Roberto. Festas da afrodescendencia. In SILVA, René Marc da Costa Silva (Org.). *Cultura popular e educação – Salto para o futuro*. Brasília: Unesco, 2008.
- CUCHE, Denys. *A Noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 2002.
- DAMATTA, Roberto. *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecimentos e os outsiders-sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- LIMA, Kátia Regina de Souza. Reforma da Política Educacional Brasileira: A Submissão do Governo Lula às Políticas dos Organismos Internacionais do Capital. In: PAULA, Maria de Fátima de (org.). *Debatendo a Universidade: subsídios para a reforma universitária*. Florianópolis: Insular, 2004. 184p.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 34^o. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- FRY, Peter. *A Persistência da Raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GENNARI. *Em busca da liberdade: traços das lutas escravas no Brasil*. 1^a Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Tradução de Márcia Bandeira de M. L. Nunes. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3 ed. Tradução: Tomaz da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o Póde: O Movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, 243 p.
- LEITE, Carmen Cinira Siqueira. *Trajetória de mulheres negras na docência cuiabana*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.
- MAGGIE, Yvonne e REZENDE, Cláudia Barcellos . *Raça como Retórica: A Construção da Diferença*. In: _____. *Raça como Retórica: A Construção da Diferença* . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 13-24.

MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. 1ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

MONTELLO, Josué. Os Tambores de São Luís: romance. 5ª. ed., Riode Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. Educação e diferenças: os desafios da Lei 10.639/03. Cuiabá:EdUFMT, 2009.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NOGUEIRA, Oracy. *As Relações Raciais em Itapetinga*. São Paulo: EDUSP, 1998.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. "Memória e Identidade Social". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SANSONE, Lívio. *Negritude sem Etnicidade: O Local e o Global nas Relações Raciais e na Produção Cultural Negra do Brasil*. Salvador: Edufba; Pallas, 2003.

SCHWARCS, Lilia K. M. Dando Nome às Diferenças. In: *Racismo & Racistas: Trajetória do Pensamento Racista no Brasil*. (org.) SAMARA, Eni de Mesquita. São Paulo: n. 2; Humanistas/FFLCH/USP, 2001, p. 9-43.

SGUISSARDI, Valdemar. Rumo à universidade mundial: E a universidade será feita a sua imagem e semelhança. Coleção Subsídios para a discussão sobre as políticas e a gestão da Universidade / Educação Superior. INEP / MEC. Brasília, março, 2004.

SILVA, Jônatas Conceição da. "O Quilombo na vida cultural do afro-brasileiro". In: _____. **Vozes quilombolas: uma poética brasileira**. Salvador: EDUFBA:ILÉ AIYÊ.2004.

SILVA JR, João dos Reis da. Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC. São Paulo: Xamã, 2002.

SILVA JR, João dos Reis da; SGUISSARD, Valdemar. *Novas faces da Educação Superior no Brasil: Reformas do Estado e mudanças na produção*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SILVÉRIO, V. R. Ação Afirmativa e o Combate ao racismo institucional no Brasil. Caderno de Pesquisa, n. 117, nov. 2002.

SOUZA, Marina de Mello e. África e Brasil africano. São Paulo: Ática, 2008.

SOUZA, Mônica Lima e. “**A África na sala de aula**”, in Nossa História nº 4. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004, pp. 84-87.

TRIVINOS, Augusto N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987.

VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. *A Comunidade Quilombola de Acauã (Cunhã Velha)*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Projeto: Identificação e delimitação dos territórios das comunidades quilombolas do Estado do Rio Grande do Norte, 2006, p. 23-131.

VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

BRASIL, Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Alterada a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

_____. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras proficiências. Brasília, 2004.

INEP. Portaria nº 31, de 17 de fevereiro de 2005. (DOU nº 34, de 21/2/2005, seção 1. Pág 15). Brasília, 2005.

MEC. Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. Brasília, 2004a

MEC. “Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Roteiro de Auto - Avaliação Institucional. Orientações Gerais”. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Brasília, 2004b

MEC. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Bases para uma nova proposta de Avaliação da Educação Superior Brasileira. Comissão Especial de Avaliação. Brasília, 2003.

MEC. Portaria n.2.051, de 9 de julho de 2004. (Publicação no DOU nº 132, de 12.07.2004, Seção 1, página 12). Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema nacional de Avaliação da educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril. Brasília, 2004.

<http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/imigracao-italianos-alemaes-e-japoneses-substituem-trabalho-escravo.jhtm>

Imigração: Italianos, alemães e japoneses substituem trabalho escravo
Marco Cabral dos Santos é historiador com doutorado em História pela Universidade de São Paulo. 2009. Acessado em: 10.12.2010

<http://www.palmares.gov.br/> Acessado em: 20.02.2012

<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/A-SENSATEZ-DO-MEDO-NA-FAVELA.pdf> Acessado em: 20.02.2012

<http://www.acordacultura.org.br/>

Raul Loyde. 1998. Acessado em: 15.09.2011.

<http://www.africaeafricanidades.com/> Acesado em: 01.12.2011.

<http://www.ibge.gov.br/home/> Acessado em: 20.03.2012

ANEXO

QUESTIONÁRIO

1 – Os africanos foram trazidos para o Brasil:

Para colaborarem com o crescimento econômico da colônia portuguesa

Para serem escravizados

2 - Os africanos que foram trazidos para o Brasil e escravizados conseguiam manter sua cultura:

Sim Não

3 – Diante disso o que foi preservado:

Religião, danças, alimentação e vestimentas

Liberdade, igualdade e direitos

4 – O fim da escravidão afetou a vida dos ex-escravos?

Sim Não

5 – Como ficou a vida dos negros após a Abolição da Escravidão

Manteve-se o direito de ir e vir, direito a educação e igualdade social

Sem trabalho formal, moradia, saúde e educação

6 – Qual é a formação racial e cultural do povo brasileiro?

Europeus, índios e negros

Europeus, asiáticos e americanos

7 – Na mistura de diferentes culturas, formou-se o que hoje se chama de cultura brasileira ou cultura afro-brasileira. Qual dos itens abaixo veio da África junto com os cativos?

Feijoada, capoeira, camdomblé, acarajé, etc;

Carnaval, pizza, sapateado, teatro, etc.

8 – O Brasil é um país que possui uma grande porcentagem de afrodescentes?

() Sim () Não

9 – Os Movimentos Negros tiveram papel fundamental para as conquistas dos povos africanos ao longo das lutas desses povos?

() Sim () Não

ENTREVISTA

1 – Qual desses itens estão mais relacionados as manifestações culturais afrodecendente? Dança, música, alimentação, vestimentas?

2 – O que você sente ao dançar ou ver outras pessoas dançando ao som do batuque ou musicas afro? E também ao comer ou ver comidas típicas e as vestimentas tradicionais dos povos africanos? Sabendo que tanto a dança, como a comida e as vestimentas vieram da África com os escravos?